



2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 170ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1976

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Senhores Deputados Accioly Neto e Dácio Leonel.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Em discussão a ata.

O SR. JORGE SATO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, solicito a retificação da ata que acaba de ser lida, por não ter eu aparteado ninguém na sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Em votação a ata.

É aprovada com a retificação solicitada pelo Sr. Deputado Jorge Sato.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

EMENDAS:

EMENDA Nº 02

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/76

Emenda ao Artigo número 109 do Projeto de Lei número 186/76, que estabelece o Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Dá ao Artigo número 109 a seguinte redação:

Artigo 109 — O pessoal docente do Magistério Superior, remanescente da Lei número 5957, de 20 de junho de 1969, respeitados os direitos adquiridos, e decorrido o prazo previsto no número II deste Artigo, ficam regidos pelos Estatutos ou Regimentos dos Estabelecimentos de Ensino de Terceiro Grau do Sistema Estadual, observadas as seguintes normas gerais:

I — O Docente do Sistema Estadual de Ensino Superior, remanescente da mencionada Lei número 5957, de 20 de junho de 1969, passar a perceber vencimentos correspondentes ao nível final da carreira, desde que

preencha, observado o disposto no número II deste Artigo, dois dos seguintes requisitos:

- mais de 05 (cinco) anos de investidura no cargo, seja a que título for, na data da publicação desta Lei;
- parecer favorável do Conselho Federal de Educação em processo de reconhecimento de Universidade, Faculdade ou de Curso, especificamente na disciplina para a qual foi nomeado;
- ser portador dos títulos de Mestre, Doutor, ou livre Docente na área de conhecimento em que se situe a disciplina para a qual foi nomeado.

II — O Docente de Ensino Superior deverá requerer ao Órgão da Administração Direta competente, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta Lei, o previsto no número I deste Artigo, comprovando, no ato, pelo menos, os requisitos estabelecidos nas letras "A" e "B" do inciso anterior.

III — Os cargos docentes do Magistério Superior do Estado serão extintos à medida em que forem vagando.

§ único — Ao pessoal docente do Magistério superior, seja qual for o Regime de Trabalho, aplica-se o disposto no Artigo 56 desta Lei, devendo a escala ser feita pelos Estabelecimentos de Ensino, na forma regimental, no sentido de atender à norma contida na Legislação Federal (Art. 28 — § 2º da Lei número 5540, de 28 de novembro de 1968).

JUSTIFICATIVA:

Antes do advento da Lei Federal número 5540/68, o sistema estadual de ensino superior mantinha, ora sob o regime de administração direta, ora sob o regime de autarquia, uma rede de estabelecimentos isolados com pessoal docente nomeado pelo Poder Executivo. A Lei número 5540, já citada, estabeleceu diretrizes e, normas para o ensino superior em todo o País, uma delas e a mais relevante para o caso, é a que se contém em seu Artigo 4º, pelo qual:

"As Universidades e os Estabelecimentos de Ensino Superior Isolados constituir-se-ão, quando Oficiais, em autarquias de Regime Especial ou em Fundações de Direito Público e, quando particulares, sob a forma de Fundações ou Associações".

Dando, por outro lado, cumprimento à mencionada Lei número 5540 (art. 8º), o Estado do Paraná não criou mais nenhum estabelecimento isolado.

Procurou o Poder Executivo, obedecendo à Lei Federal, expandir a rede estadual de ensino superior executando, em caráter pioneiro, uma política de interiorização do ensino de terceiro grau.

Assim, através da Lei número 6034, de 10 de novembro de 1969, e dos respectivos decretos foram criadas as Universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, em regime de Fundação de Direito Público.

O Artigo 6.º dessa Lei determina que as mencionadas Instituições, bem como a Federação das Escolas Superiores de Curitiba, prevista, também, no mencionado diploma legal, só poderiam contratar pessoal sob o Regime de Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo o seu parágrafo único que, na hipótese de as Instituições utilizarem pessoal docente da Administração Direta e submissão integral ao Regime da Instituição.

As últimas nomeações de pessoal docente para o Magistério Superior do Estado ocorreram nos anos de 1967 e 1968. Os nomeados não tiveram até aqui nenhum acesso de nível ou de categoria permanecendo em uma carreira que, a rigor, inexis-

te na atual sistemática, posto que todos estão lotados na então Superintendência do Ensino Superior prestando serviços, entretanto, nos vários estabelecimentos do sistema estadual de ensino superior.

Por outro lado, ainda em obediência ao já citado art. 40 da Lei número 5540/68, os estabelecimentos isolados da rede estadual de ensino superior foram transformados em Fundações de Direito Público, mantidos, tanto quanto as Universidades, pelo Governo do Estado, mas com autonomia administrativa e financeira e com o seu pessoal admitido pelo regime das leis trabalhistas.

Tem-se, então, que o pessoal docente do magistério superior do Estado encontra-se com a carreira truncada e sem possibilidade, na atual conjuntura, de alcançar os níveis mais elevados. Por outro lado, dado à situação em que se encontram, bem como o relacionamento deles com as instituições em que prestam serviços, é irrelevante para o Estado a manutenção da citada carreira, mas há que respeitar os seus direitos adquiridos, ressaltados, aliás, na Lei número 6034/69, e respectivos Decretos Estaduais já mencionados.

É o que se propõe com a redação pretendida para o art. número 109 do Projeto. Eleva-se o pessoal docente ao nível final da carreira e, decreta-se, gradualmente, a sua extinção à medida em que os cargos forem vagando.

Aliás, convém ressaltar que o projeto reconhece a situação aqui exposta pois coloca o assunto no Título VIII que estabelece as disposições gerais e transitórias, qualificando os referidos docentes como remanescentes da Lei número 5957, de 20 de junho de 1969, cuja revogação é decretada no Artigo 119 da proposição do Poder Executivo.

É relevante, assim, o interesse de regulamentar a situação desse pessoal docente que tem contribuído com muito esforço, dedicação e sobretudo, com parcos vencimentos para a grande e fulgurante realidade em que se constitui a rede oficial de ensino superior do Estado do Paraná.

As condições estabelecidas na emenda para que possam alcançar os benefícios são as mais justas e normais em situações idênticas. Contar com mais de cinco anos de investidura na data da publicação desta Lei e ter parecer específico do Conselho Federal de Educação na disciplina para a qual deu-se a nomeação, são condições obrigatórias, plenamente satisfatórias, para conseguir alcançar o nível final previsto na emenda, visto que o tempo já deu uma razoável experiência no Magistério e o parecer do CFE é o crivo de qualificação para o seu exercício em caráter definitivo. Entendeu-se, por outro lado, que a exigência dos títulos de Mestre, Doutor e Livre Docente, poderiam acarretar, se obrigatórios, uma discriminação e não alcançar a maioria do pessoal docente até aqui injustiçada.

O parágrafo único estabelecido na emenda encerra medida de justiça quando iguala o período de férias do pessoal docente do magistério superior do sistema estadual de ensino com os dos graus precedentes, com a ressalva de que a escala deverá ser feita pelos estabelecimentos de ensino para que a legislação federal (art. 28 — § 2º da Lei número 5540) seja cumprida ao determinar o funcionamento contínuo das instituições de ensino superior no intervalo entre os períodos letivos regulares. Não há inobservância à legislação trabalhista posto que esta não proíbe a estipulação de período de férias superior a vinte dias úteis, constituindo-se tal limite em um mínimo. Releva acrescentar que no Magistério do Sistema Federal, seja no regime estatutário ou na da legislação trabalhista, as férias são de 45 (quarenta e cinco) dias (art. 8º do Decreto-Lei número 465 de 11 de fevereiro de 1969) e nenhuma diferença pode ser estabelecida entre os docentes dos dois regimes de trabalho.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

EMENDA Nº 03

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/76

Acrescente-se o seguinte artigo onde couber:

“Art. São assegurados todos direitos, vantagens e prerrogativas das habilitações específicas de grau superior para o exercício do magistério, aos professores com Registro Definitivo (D) no Ministério de Educação e Cultura (MEC), portadores de diploma de curso superior, atuais ocupantes de magistério por concurso”.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) OSVALDO MACEDO

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa reparar injustiça contra os Professores, portadores do Registro Definitivo no Ministério da Educação e Cultura, de acordo com os termos do Decreto-Lei 8777, de 22 de janeiro de 1946, portadores de diploma de curso superior e ocupantes de cargo de magistério através de concurso público.

Os professores beneficiados com a presente emenda foram os pioneiros do ensino médio no Paraná. Foram nomeados através de concurso público e portanto, com os mesmos deveres dos demais professores, justo, pois, que se conceda os mesmos direitos. Esses professores ao ingressarem na carreira do Magistério Público fizeram com igualdade de condição, e essa igualdade só deixou de existir quando da elaboração do Estatuto do Magistério anterior.

Visa, pois, a presente emenda justificar uma classe que, por si só, já é bastante sacrificada.

EMENDA CONSTITUCIONAL

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado, nos termos do Artigo 24, § 3º e 2º do Artigo 197 do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Altera a redação do Inciso XX do Artigo 47 da Constituição Estadual.

Art. 1º — O Inciso XX do Artigo 47 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

XX — Nomear os Prefeitos dos Municípios situados em Zona de Segurança Nacional, após a aprovação do Presidente da República, cujo período administrativo não poderá exceder ao mandato do Governador que o nomeou.

Art. 2º — Esta Emenda entrará em vigor na data de sua promulgação pela Mesa da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Princípio basilar do sistema Presidencialista dentro da forma republicana do Governo e do Regime Democrático Representativo, a temporariedade dos mandatos é norma imposta literalmente pelo Texto Constitucional, que veda os mandatos permanentes ou por tempo indeterminado, e estabelece o limite máximo de duração dos mandatos eletivos estaduais e municipais.

Os Prefeitos nomeados pelo Governador do Estado, após a aprovação do Presidente da República, a rigor, não exercem mandato como os Prefeitos eleitos pelo voto popular, cujos mandatos estão fixados pela Constituição. Esse é o entendimento de ANTÔNIO TITO COSTA “in” Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores, para quem “os Prefeitos nomeados e os Interventores não têm mandato, entendido este em seu sentido usual”. São na verdade delegados da autoridade que os investe no cargo e neste permanecem enquanto bem servirem.

Todos os nossos melhores tratadistas são unânimes, entretanto, em ressaltar que as responsabilidades dos Prefeitos nomeados são idênticas às dos Prefeitos eleitos e de que, a autonomia permanece a mesma nos Municípios com Prefeitos

nomeados, conforme ensina o Professor Franco Montoro (O Município na Constituição Brasileira - págs. 110 e 111):

"Observe-se, que a eletividade não é pressuposto da autonomia. Isto já foi observado quando do estudo das entidades administrativamente descentralizadas, as autarquias territoriais. A eletividade dos governantes locais pode existir em autarquias territoriais, que não são autônomas, como o Município brasileiro, como é o caso da Comunidade Francesa, e pode não existir nos Municípios capitais de Estados, como ocorre atualmente no Brasil. A autonomia pode continuar existindo mesmo quando os governantes não são eleitos".

Na mesma obra, ensina o Professor E.F. Montoro:

"Cumpra ressaltar que a autonomia administrativa é distinta da autonomia política. Esta diz respeito à administração própria no que se refere ao peculiar interesse. Aquela, à eletividade dos Prefeitos e Vereadores. Desta forma, os Municípios que não possuem autonomia política, em nada tem diminuída a sua autonomia administrativa que, permanece inalterada".

Já que os Prefeitos nomeados possuem a mesma responsabilidade administrativa que os eleitos, respondem pelos mesmos crimes, segundo a mesma legislação, têm os mesmos direitos e prerrogativas e os municípios gozam de igual autonomia política e administrativa, é de todo conveniente fixar-se prazo máximo dos exercícios do cargo de Prefeito Municipal designado.

Tal assertiva é ainda mais verdadeira no Estado do Paraná, quando se sabe que alguns Prefeitos nomeados permanecem nos cargos desde a Lei que considerou os respectivos municípios como zona de Segurança Nacional, num continuíssimo administrativo tão condenável como no tempo do Estado Novo.

Certamente esse não foi o desejo dos legisladores ao definirem que os Prefeitos dos municípios de fronteira seriam nomeados pelos governadores com prévia aprovação dos Presidentes da República. Ao contrário, procurou-se dessa forma um perfeito entrosamento com aqueles que lhe delegaram tal função de confiança, confiança essa que não se transmite a seus sucessores. Segundo o Professor Wolgram Junqueira Ferreira, em parecer publicado na Revista de Direito Público (número 15/289, 290) os Prefeitos nomeados "mantidos" nos cargos por período superior ao daquele que o nomeou, estão exercendo o cargo irregularmente, "ao arrepio da Constituição" e praticando atos e fatos inexistentes dentro do campo do Direito".

Cita-se aqui, trechos do parecer do eminente Professor Paulista, para a compreensão exata da situação irregular em que se encontram municípios de Segurança Nacional no Paraná, cujos Prefeitos permanecem há longos anos no exercício do cargo.

"Ainda não detidamente examinada é a extinção do mandato do prefeito nomeado.

A Constituição de 1967, mantida em sua disposição pela Emenda número 01, de 17/10/69, dispõe que: "serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:

- a) da Assembléia Legislativa, os prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual;
- b) do Presidente da República, os prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional por lei - e iniciativa do Poder Executivo (art. 15, § 1º). Nomeados serão demissíveis "ad nutum". O provimento do cargo de Prefeito das localidades acima é em comissão.

Entretanto, seu provimento é ato complexo, enquanto sua vacância seja ato unilateral, ocorrendo quer pela vontade de quem o nomeou quer por manifestação do nomeado.

A complexidade de seu provimento é o que ora nos interessa.

Normalmente, o cargo em comissão prescinde de concurso, quando declarado, em lei de livre nomeação e exoneração (Constituição Federal, art. 97, § 2º).

São atos simples de vontade de nomear, por parte de quem tem direito legal de fazê-lo. Com os cargos de prefeito nomeado o mesmo não ocorre.

Depende ora da aprovação da Assembléia Legislativa (os das Capitais e das estâncias hidrominerais), ora da aprovação do Presidente da República (dos municípios considerados de interesse da segurança nacional).

Aprovados pela Assembléia ou pelo Presidente da República, tais prefeitos possuem mandato.

Vê-se que tais nomeações são atos administrativos complexos, que só se concretizam pela manifestação da vontade sucessiva da Assembléia Legislativa, mediante a aprovação, e a do Governador, através da nomeação. São os chamados atos complexos iguais que se concretizam através de vontades que encerram o mesmo valor jurídico e, são de complexidade externa.

A complexidade externa, segundo Tito Prates da Fonseca ("Direito Administrativo", pág. 371) ocorre quando os elementos integrantes da validade da manifestação de vontade pertencem a entidades diferentes.

A pergunta que ocorre então prende-se ao prazo destes mandatos.

Entendemos que sejam dois: a) enquanto não forem exonerados por quem os nomeou; b) quando encerra o prazo de mandato de quem os nomeou.

Assim terminado o mandato do Governador, exaure o poder do mandante e "ipso facto" do mandatário.

A continuidade de qualquer prefeito nomeado pelo Governo anterior, sem que ocorra assentimento da Assembléia Legislativa ou do Presidente da República, conforme o caso, caracteriza evidente burla à Constituição e os prefeitos nesta situação passam a usurpar poder, pois procedem como se os tivessem.

Fácil verificar na prática que, os Ministros de Estado do Governo do Mal. Costa e Silva, e que foram mantidos pelo Presidente Médici, tiveram, quando da assunção deste à Presidência da República, suas nomeações renovadas. Havia necessidade da expressa manifestação do Chefe do Executivo que, pelo inciso VI do art. 81 da Constituição Federal tem a competência de "nomear e exonerar os Ministros de Estado, o Governador do Distrito Federal e os dos Territórios". A continuidade de qualquer deles sem a expressa manifestação do Presidente da República os colocava em situação de usurpar poder ao exercê-lo sem tê-lo. E neste caso, a hipótese é mais simples, pois a nomeação de um Ministro de Estado é ato administrativo simples e não complexo como é o caso dos prefeitos da estância hidromineral e das Capitais.

Assim, entendemos em relação ao enumerados que, tendo sido nomeados pelo Governo anterior, com a aprovação da Assembléia Legislativa (que na época estava em recesso e o Governador exercendo função legislativa), não podem ser mantidos pelo atual Governador, sem o assentimento da nova Assembléia Legislativa, pois o mandato que lhes foi conferido era dicotômico na sua complexidade. Derivava da aprovação da Assembléia Legislativa competente e da nomeação do Governador que, além de nomear, poderia exonerar.

Terminado o mandato do Legislativo que o aprovou, e do Executivo que nomeou, a extinção do mandato do prefeito assim nomeado se extingue automaticamente, pois há incidência da cláusula resolutiva "ex nunc", independentemente, portanto, de qualquer causa superveniente.

Não se pode trazer à discussão o argumento de que tais prefeitos foram nomeados sem prazo certo. A incer-

teza do prazo é característica do cargo em comissão que concede a quem nomeia o direito de exonerar livremente, quando bem entende, aquele que foi nomeado. Mas o prazo de término é subentendido. Nomeado até que termine o mandato de quem o nomeou.

Cessa o mandato pela mudança de estado, que inabilite o mandante, para conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer.

Terminado o mandato do Governo anterior, exauriu-lhe a competência para conferir poderes para o futuro”.

O objetivo desta Emenda Constitucional é por fim a essa situação irregular, inovando o texto constitucional deste salutar preceito democrático, impedindo que prefeitos nomeados se eternizem nos cargos, possibilitando constante renovação nas chefias dos executivos situados na zona de Segurança Nacional.

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

CONSIDERANDO:

a) as determinações da COPEL, no sentido de que fossem suspensos os fornecimentos de energia elétrica feitos pelas indústrias Klabin à localidade denominada “Cava Funda” no município de Campo Mourão, fato que inegavelmente provocou a desorganização da vida econômica e social daquela localidade;

b) que os objetivos e metas de desenvolvimento do Paraná até o ano de 1978, prevêem um programa a ser desenvolvido por aquela empresa estadual, visando quintuplicar a potência instalada de seu atual sistema de geração, e, em termos de distribuição, incorporar novas faixas de consumidores, tanto nas áreas urbanas, como nos meios rurais;

Requer a V. Exa., o encaminhamento de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, Eng. Arturo Andreolli, com a finalidade de que aquela empresa, na ampliação de seu sistema de distribuição, incorpore, com a máxima urgência, a localidade de “Cava Funda” no Município de Campo Mourão, elevando, assim a taxa de atendimento à população paranaense, e como consequência, colocando ao seu dispor a energia elétrica, elemento fundamental à melhoria dos padrões de bem estar social e econômico.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) ANTÔNIO FACCI

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chamou-nos a atenção no jornal de hoje “O Estado do Paraná”, na coluna de Carlos Jung, uma matéria que deveríamos como de fato estamos fazendo, comentar, a fim de que os Srs. Deputados possam tomar conhecimento, porque achamos que é o mesmo de suma importância.

Na coluna, Carlos Jung diz: “Psicotécnico poderá cair”, este é o título. Diz ele que poderá cair o psicotécnico em função de uma série de desentendimentos que está havendo entre o CONTRAN e o DETRAN de São Paulo.

O CONTRAN, através de seu Presidente, está ameaçando cassar todas as carteiras de motoristas expedidas pelo DETRAN de São Paulo durante o ano de 1976, porque os seus portadores não prestaram o exame psicotécnico.

O DETRAN de São Paulo defende-se dizendo que a expedição de carteiras foram feitas sem o devido exame psicotécnico, porque o regulamento do CONTRAN diz que aos órgãos estaduais, o DETRAN de São Paulo, o DETRAN do Paraná, etc., compete proceder o exame psicotécnico e o DETRAN de

São Paulo não está em condições para este desiderato. Por este motivo, resolveu dispensar o psicotécnico naquele Estado. Muito certo está o DETRAN de São Paulo, porque ele agiu de acordo com a Lei.

O Sr. Presidente do CONTRAN Sr. Celso Murta, não tem condições legais para cassar estas carteiras expedidas pelo DETRAN de São Paulo, em função de não terem sido prestados os exames psicotécnicos.

Diz o jornalista: “Se o exemplo for seguido por outros Estados da Federação, o exame psicotécnico poderá cair”. Deus queira que isto aconteça, porque o psicotécnico, insisto, é a maior imoralidade do século.

Cobra-se dez cruzeiros como disse. No entanto, custa oito cruzeiros um bloco com 100 papeletas. O órgão responsável, os Irmãos Maristas, cobram dez cruzeiros por uma folha de papel que não vale nenhum centavo.

O povo está revoltado, está indignado. Os Srs. Deputados da ARENA têm que se ater ao reflexo negativo que isto representa para o Governo do Estado. Disse ontem ao Sr. Governador em audiência, que me concedeu, que isto é um reflexo negativo sobre o seu Governo, Governo que reconheço honesto. Negativo porque há um comprometimento muito sério quando o povo é assaltado, é explorado e nós Deputados temos que combater o assalto à bolsa do povo.

Oxalá tenha razão o jornalista, oxalá caia o psicotécnico, para satisfação do povo brasileiro que está sendo explorado miseravelmente, como acontece aqui no Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias, inscrito.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, eminente Deputado Maurício Fruet, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna, nesta manhã, Srs. Deputados, com bastante pesar em nosso nome e em nome dos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e David Federmann, pois que, Ponta Grossa, no dia de ontem, perdeu dois ilustres filhos daquela cidade, daquele Município.

Se assim o fazemos, Sr. Presidente, desta tribuna, é porque pretendemos ler também daqui, um voto de pesar à família do extinto Francisco Celso Batista Rosa, irmão do ex-Prefeito, do ex-Deputado, que por diversas legislaturas, ocupou a cadeira nesta Casa, e que por certo também deixou aqui sua marca, os seus serviços prestados à comunidade do Estado do Paraná.

O extinto era irmão de Eurico Batista Rosa, mesmo estando opostos neste pleito, pois que, Dr. Eurico é candidato, como é do conhecimento dos Srs. pelo Movimento Democrático Brasileiro, à Prefeitura daquele Município.

Domingos Valentim Simão Júnior, também filho de Ponta Grossa, ilustre moço formado em Odontologia, também faleceu tragicamente em acidente automobilístico, no dia de ontem, e não poderíamos, nesta data deixar de apresentar os nossos pêsames através desta Casa de Leis, àquela também não menos ilustre família pontagrossense. (Lê):

“Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno, após ouvido o Plenário, requerem seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. FRANCISCO CELSO BATISTA ROSA, no dia de ontem, no Município de Ponta Grossa.

O ilustre falecido era originário de uma das mais tradicionais e benquistas famílias daquele Município, sendo irmão do ex-Prefeito e ex-Deputado Sr. Eurico Batista Rosa.

Requerem ainda, seja esta consignação levada ao conhecimento da insigne família.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(aa) Jurandir Messias, David Federmann e Luiz Carlos Zuk”.

Fica aqui, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrado o nosso profundo sentimento àquelas duas ilustres famílias de Ponta Grossa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados:

Sobre a mesa, Emenda Constitucional de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente. Será publicada no Diário da Assembléia e em Avulsos para distribuição aos Srs. Deputados.

Emenda número 2, ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — **Será anexada ao projeto.**

Emenda número 3, ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — **Será anexada ao projeto.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 85/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Mandaguari, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, da sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 85/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Mandaguari, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Colégio Estadual Vera Cruz e o Grupo Escolar Marechal Costa e Silva, da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 86/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, da sede daquele Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 86/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 08 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Soldado Constantino Marochi, a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 87/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São João do Ivaí, objetivando execução de reparos nos prédios de estabelecimentos de ensino que especifica, na sede daquele Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 87/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 15 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de São João do Ivaí, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Comendador Geremias Lunardelli, e o Grupo Escolar Diogo Álvares Correia, da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 88/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Uraí, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Normal Colegial Coelho Neto e a Delegacia de Polícia, da sede daquele Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 88/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Uraí, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Normal Colegial Coelho Neto, e a Delegacia de Polícia, da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1976.

(a) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 98/76, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Sertãoópolis, objetivando execução de reparos nos prédios do Ginásio Estadual "Monteiro Lobato" e da Casa Escolar "Antonia Fernandes" da sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 89/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 02 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o Município de Sertãoópolis, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Monteiro Lobato e a Casa Escolar Antonia Fernandes, da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 90/76, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Quatiguá objetivando execução de reparos em diversos prédios de estabelecimentos de ensino, da sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 90/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

- Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de janeiro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o Município de Quatiguá, objetivando a execução de melhorias nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Pedro Gonçalves Lopes e o Grupo Escolar Silvio Zanini, da sede do referido Município.
- Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1976.
- (aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 91/76, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 91/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

- Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 03 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria do Interior e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.
- Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. . . .
- Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1976.
- (aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 92/76, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e a Secretaria do Interior, com o Município de Capitão Leônidas Marques, objetivando construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, da sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 92/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

- Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 09 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e do Interior, com o Município de Capitão Leônidas Marques, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município.
- Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1976.
- (aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 93/76, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Inte-

rior, e o Município de Tamboara, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO 93/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

- Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo, datado de 21 de outubro de 1975, ao Convênio celebrado em 25 de novembro de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior e o Município de Tamboara, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.
- Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1976.
- (aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 95/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Jataizinho, objetivando ampliação do prédio do Grupo Escolar “Joana H. M. Borba”, da sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 95/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

- Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 16 de janeiro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o Município de Jataizinho, objetivando a ampliação do prédio do Grupo Escolar Joana H. M. Borba, da sede do referido Município.
- Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1976.
- (aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 96/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de São Mateus do Sul, objetivando execução de melhorias no prédio do Ginásio Estadual “Duque de Caxias” da sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 96/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

- Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o Município de São Mateus do Sul, objetivando a execução de melhorias no prédio do Ginásio Estadual Duque de Caxias, da sede do referido Município.
- Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1976.
- (aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de que, quando da ampliação de seu sistema de distribuição, incorpore a localidade de “Cava Funda”, no Município de Campo Mourão. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jurandir

Messias, David Federmann e Luiz Carlos Zuk, lido do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Celso Batista Rosa. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 119/76, 120/76, 121/76, 122/76 e 123/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 124/76, 125/76, 126/76, 127/76 e 128/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 174/76, 129/76, 130/76, 131/76 e 132/76.

Levanta-se a Sessão.

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO N.º 99/76

DATA: 10 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Barra do Jacaré, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar "PIO XII", da sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo, número 154/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Barra do Jacaré, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "PIO XII", da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10/09/76

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

RESOLUÇÃO N.º 100/76

DATA: 10 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Centenário do Sul, objetivando a execução de reparos nos prédios que especifica, da sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo número 154/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Centenário do Sul, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "MARTIM AFONSO DE SOUZA", o Posto de "PUERICULTURA" e o Colégio Estadual "PADRE JOSÉ PIRES", da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10/09/76

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

RESOLUÇÃO N.º 101/76

DATA: 10 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Diamante do Norte, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar "REMO MAZZI", da sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo, número 154/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Diamante do Norte, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "REMO MAZZI", da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10/09/76

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

RESOLUÇÃO M.º 102/76

DATA: 10 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Jaguapitã, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, da sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo número 154/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de JAGUAPITÃ, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "NEWTON GUIMARÃES", a Escola de Aplicação "DR NILSON RIBAS", o Posto de "SAÚDE" e Posto de "PUERICULTURA", a "DELEGACIA DE POLÍCIA" e o "DETRAN", da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10/09/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

L E I N.º 05/76.

DATA: 15 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública, a UNIÃO BELTRO-NENSE DOS ESTUDANTES DE 1.º e 2.º GRAUS, com sede na cidade de FRANCISCO BELTRÃO.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, § 4.º da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a UNIÃO BELTRONENSE DOS ESTUDANTES DE 1.º e 2.º GRAUS, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 15/09/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente.

PORTARIA N.º 504/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7921, de 10 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a MARIA DE LOURDES BIZETTO Requer, matrícula número 330, ocupante do cargo de nível PL “26”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de

A V U L S O

A mesa da Assembléia Legislativa do Estado, nos termos do Artigo 24, § 3.º e § 2.º do Artigo 197 do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Altera a redação do Inciso XX do Artigo 47 da Constituição Estadual.

Art. 1.º — O Inciso XX do Artigo 47 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

XX — Nomear os Prefeitos dos Municípios situados em Zona de Segurança Nacional, após a aprovação do Presidente da República, cujo período administrativo não poderá exceder ao mandato do Governador que o nomeou:

Art. 2.º — Esta Emenda entrará em vigor na data de sua promulgação pela Mesa da Assembléia Legislativa do Estado. Sala das Sessões, em 17 de Setembro de 1976.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ
WILSON FORTES
ARAGÃO DE MATTOS LEÃO
ERNESTO GNOATO
OTÁSSIO PEREIRA
NILSO SGUAREZI
FUAD NACLI
GABRIEL MANOEL
DÁCIO LEONEL DE QUADROS

JUSTIFICATIVA.

Princípio basilar do sistema Presidencialista dentro da forma republicana do Governo e do Regime Democrático representativo, a temporariedade dos mandatos é norma imposta literalmente pelo Texto Constitucional, que veda os mandatos permanentes ou por tempo indeterminado, e estabelece o limite máximo de duração dos mandatos eletivos estaduais e municipais.

Os Prefeitos nomeados pelo Governador do Estado, após a aprovação do Presidente da República, a rigor, não exercem mandato como os Prefeitos eleitos pelo voto popular, cujos mandatos estão fixados pela Constituição. Esse é o entendimento de ANTÔNIO TITO COSTA “in” Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores, para quem “os Prefeitos nomeados e os Interventores não têm mandato, entendido este em seu sentido usual”. São na verdade delegados da autoridade que os investe no cargo e neste permanecem enquanto bem servirem.

Todos os nossos melhores tratadistas são unânimes, entretanto, em ressaltar que as responsabilidades dos Prefeitos nomeados são idênticas às dos Prefeitos eleitos e de que, a autonomia permanece a mesma nos Municípios com Prefeitos nomeados, conforme ensina o Professor Franco Montoro (O Município na Constituição Brasileira - págs. 110 e 111):

“Observe-se que a eletividade não é pressuposto da autonomia. Isto já foi observado quando do estudo das entidades administrativamente descentralizadas, as autarquias territoriais. A eletividade dos governantes locais pode existir em autarquias territoriais, que não são autônomas, como o Município brasileiro, como é o caso da Comuna Francesa, e pode não existir nos Municípios capitais de Estados, como ocorre atualmente no Brasil. A autonomia pode continuar existindo mesmo quando os governantes não são eleitos”.

Na mesma obra, ensina o Professor E.F. Montoro:

“Cumprir ressaltar que a autonomia administrativa é distinta da autonomia política. Esta diz respeito à administração própria no que se refere ao peculiar interesse. Aquela, à eletividade dos Prefeitos e Vereadores. Desta forma, os Municípios

Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 13 de setembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de Setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA N.º 505/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7959, de 13 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a MERCHID BELICH FILHO, matrícula número 267, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 13 de setembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
JORGE SATO
HÉLIO MANFRINATO
ANTÔNIO FACCI
GILBERTO CARVALHO
ENÉAS FARIA
DOMÍCIO SCARAMELLA
AGUINALDO PEREIRA LIMA
ACCIOLY NETO
WALDENÍCIO BARBALHO

plos que não possuem autonomia política, em nada tem diminuída a sua autonomia administrativa que permanece inalterada”.

Já que os Prefeitos nomeados possuem a mesma responsabilidade administrativa que os eleitos, respondem pelos mesmos crimes, segundo a mesma legislação, têm os mesmos direitos e prerrogativas e os municípios gozam de igual autonomia política e administrativa, é de todo conveniente fixar-se prazo máximo dos exercícios do cargo de Prefeito Municipal designado.

Tal assertiva é ainda mais verdadeira no Estado do Paraná, quando se sabe que alguns Prefeitos nomeados permanecem nos cargos desde a Lei que considerou os respectivos municípios como zona de Segurança Nacional, num contínuo administrativo tão condenável como no tempo do Estado Novo.

Certamente esse não foi o desejo dos legisladores ao definirem que os Prefeitos dos municípios de fronteira seriam nomeados pelos governadores com prévia aprovação dos Presidentes da República. Ao contrário, procurou-se dessa forma um perfeito entrosamento com aqueles que lhe delegaram tal função de confiança, confiança essa que não se transmite a seus sucessores. Segundo o Professor Wolgram Junqueira Ferreira, em parecer publicado na Revista de Direito Público (n.º 15/289,290) os Prefeitos nomeados “mantidos” nos cargos por período superior ao daquele que o nomeou, estão exercendo o cargo irregularmente, “ao arrepio da Constituição” e praticando atos e fatos inexistentes dentro do campo do Direito”.

Cita-se, aqui, trechos do parecer do eminente Professor Paulista, para a compreensão exata da situação irregular em que se encontram municípios de Segurança Nacional do Paraná, cujos prefeitos permanecem há longos anos no exercício do cargo.

“Ainda não detidamente examinada é a extinção do mandato do prefeito nomeado. A Constituição de 1967, mantida em sua disposição pela Emenda número 01, de 17/10/69, dispõe que: “serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:

- a) da Assembléia Legislativa, os prefeitos, das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual;
- b) do Presidente da República, os prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional por lei - e iniciativa do Poder Executivo (art. 15, § 1.º). Nomeados serão demissíveis “ad nutum”. O provimento do cargo de prefeito das localidades acima é em comissão.

Entretanto, seu provimento é ato complexo, enquanto sua vacância seja ato unilateral, ocorrendo quer pela vontade de quem o nomeou quer por manifestação do nomeado.

Normalmente, o cargo em comissão prescinde, de concurso, quando declarado, em lei de livre nomeação e exoneração (Constituição Federal, art. 97 § 2.º). São atos simples de vontade de nomear, por parte de quem tem direito legal de fazê-lo. Com os cargos de prefeito nomeado o mesmo não ocorre.

Depende ora da aprovação da Assembléia Legislativa (os das Capitais e das estâncias hidrominerais), ora da aprovação do Presidente da República (dos municípios considerados de interesse da segurança nacional). Aprovados pela Assembléia ou pelo Presidente da República, tais prefeitos possuem mandato. Vê-se que tais nomeações são atos administrativos complexos, que só se concretizam pela manifestação da vontade sucessiva da Assembléia Legislativa, mediante a aprovação, e a do Governador, através da nomeação. São os chamados atos complexos iguais que se concretizam através de vontades que encerram o mesmo valor jurídico e, são de complexidade externa. A complexidade externa, segundo Tito Prates da Fonseca (“Direito Administrativo”, pág. 371) ocorre quando os elementos integrantes da validade da manifestação de vontade pertencem a entidades diferentes.

A pergunta que ocorre então prende-se ao prazo destes mandatos. Entendemos que sejam dois:

- a) enquanto não forem exonerados por quem os nomeou;
- b) quando encerra o prazo de mandato de quem os nomeou.

Assim terminado o mandato do Governador, exaure o poder do mandante e “ipso facto” do mandatário.

A continuidade de qualquer prefeito nomeado pelo Governo anterior, sem que ocorra assentimento da Assembléia Legislativa ou do Presidente da República, conforme o caso, caracteriza evidente burla à Constituição e os prefeitos nesta situação passam a usurpar poder, pois procedem como se o tivessem.

Fácil verificar na prática que, os Ministros de Estado do Governo do Mal. Costa e Silva, e que foram mantidos pelo Presidente Médici, tiveram, quando da assunção deste à Presidência da República, suas nomeações renovadas. Havia necessidade da expressa manifestação do Chefe do Executivo que, pelo inciso VI do art. 81 da Constituição Federal tem a competência de “nomear e exonerar os Ministros de Estado, o Governador do Distrito Federal e os dos Territórios”. A continuidade de qualquer deles sem a expressa manifestação do Presidente da República os colocava em situação de usurpar poder ao exercê-lo sem tê-lo. E neste caso, a hipótese é mais simples, pois a nomeação de um Ministro de Estado é ato administrativo simples e não complexo como é o caso dos prefeitos das estâncias hidrominerais e das Capitais.

Assim, entendemos em relação aos enumerados que, tendo sido nomeados pelo Governo anterior, com a aprovação da Assembléia Legislativa (que na época estava em recesso e o Governador exercendo função legislativa), não podem ser mantidos pelo atual Governador, sem o assentimento da nova Assembléia Legislativa, pois o mandato que lhes foi conferido era dicotômico na sua complexidade. Derivava da aprovação da Assembléia Legislativa competente e da nomeação do Governador que, além de nomear, poderia exonerar.

Terminado o mandato do Legislativo que o aprovou, e do Executivo que nomeou, a extinção do mandato do prefeito assim nomeado se extingue automaticamente, pois há incidência da cláusula resolutiva “ex nunc”, independentemente, portanto, de qualquer causa superveniente.

Não se pode trazer à discussão o argumento de que tais prefeitos foram nomeados sem prazo certo. A incerteza do prazo é característica do cargo em comissão que concede a quem nomeia o direito de exonerar livremente, quando bem entende, aquele que foi nomeado. Mas o prazo de término é subentendido. Nomeado até que termine o mandato de quem o nomeou.

Cessa o mandato pela mudança de estado, que inabilite o mandante, para conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer. Terminado o mandato do Governo anterior, exauriu-lhe a competência para conferir poderes para o futuro”.

O objetivo desta Emenda Constitucional é por fim a essa situação irregular, inovando o texto constitucional deste salutar preceito democrático, impedindo que prefeitos nomeados se eternizem nos cargos, possibilitando constante renovação nas chefias do executivo situados na zona de Segurança Nacional.